



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA

Moção

Corte de árvores no Parque Natural Sintra Cascais

Foi recentemente anunciada uma intervenção no património Florestal do Parque Natural de Sintra Cascais, ao longo da estrada Nacional 9-1, dita estrada da Lagoa Azul, na estrada que liga esta via à zona dos Capuchos e à Peninha e no acesso à barragem do Rio da Mula, prevendo-se o abate de cerca 1400 árvores de várias espécies.

Parte desta intervenção irá ocorrer no Concelho de Sintra, não tendo a Câmara Municipal, a Junta da União de Freguesias de Sintra e cidadãos/ãs, sido devidamente auscultados ou informados. Além da falta de diálogo, também se verificou muita falta de informação e a apresentação de dados contraditórios, sinais claros de pouca transparência.

Os critérios apresentados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) como base para o corte das árvores parecem pouco consistentes com a marcação das árvores no terreno. Se existem exemplares cuja necessidade de corte é evidente para garantir segurança de bens e pessoas, muitas das que estão infamemente marcadas não aparentam maleita ou ser causa de perigo, pelo que as razões do abate são pouco claras, enquanto outras, invasoras, irão ser mantidas.

Após revelação das intenções do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas de efectuar esta intervenção, várias vezes se levantaram para manifestar preocupação. Cidadãos e cidadãs de Sintra e de outras partes, associações de defesa do património e ambiente, autarcas, agentes económicos manifestaram a oposição e exigem a revisão imediata do plano.

Além da falta de diálogo, ao longo de todo este processo ficaram ainda claros as marcas de anos de desinvestimento na floresta. Como noutras situações, os danos provocados pelo desinvestimento são sempre argumento para intervenções que poderiam ser evitadas.

A pressão pública levou os responsáveis pelo ICNF a garantir que haverá um processo de rectificação pelo que nem todas as árvores marcadas serão cortadas tendo mostrado disponibilidade para aceitar sugestões nesse processo. É preciso manter essa pressão para que a questão não caia no esquecimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida a 20 de Abril de 2017, por propostos do Bloco de Esquerda, delibera:

- 1- Manifestar a sua preocupação com a referida intervenção, pelo risco de árvores que podem ser conservadas e conseqüente descaracterização do território.
- 2- Manifestar o seu desagrado com a falta de diálogo que todo este processo evidencia, não tendo cidadãos e cidadãs, associações ambientalistas e autarquias locais sido consultados ou chamados a pronunciar-se antes da decisão tomada.
- 3- Saudar os esforços e iniciativas da sociedade civil no sentido de protecção das árvores e de participação na redefinição da intervenção, para que esta seja limitada ao estritamente necessário.
- 4- Recomendar ao Executivo Municipal empenho na suspensão da intervenção e todo o apoio às iniciativas para protecção do arvoredo que estão em curso
- 5- Exigir a imediata suspensão da intervenção. No imediato deverão apenas ser cortadas as árvores mortas e aquelas que representam perigo iminente para bens humanos e materiais. Todas as outras deverão ser poupadas e a decisão de corte sujeitas a uma análise que envolva não só o ICNF como também as autarquias e os cidadãos e cidadãs.
- 6- Enviar esta moção ao ICNF, aos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, às Associações Alagares, Canaferrim e de Defesa do Património de Sintra, à Quercus, LPN, Geota, Associação Zero, FAPAS, SPEA e WWF Portugal, à Assembleia e Executivo Municipal de Cascais, aos órgãos da União de Freguesias de Sintra e da Freguesia de Alcabideche (Cascais), aos partidos com assento parlamentar e à imprensa.

Sintra, 20 de Abril de 2017

João Silva e Helena Carmo